

## X X I V

### A REGENCIA E O SEGUNDO REINADO

Ninguem, no Brasil, poderia supor que D. Pedro I abandonasse o país precipitadamente, como fizera a 7 de abril de 1831. As forças conservadoras desejavam somente que ele regenerasse o seu ambiente, afastando-se de determinadas influencias politicas. E o resultado da inesperada abdicação foi a desordem que se propagou a todos os recantos, provocando descontentamentos e sedições.

Alguns politicos, no entanto, obedecendo a uma feliz inspiração do mundo invisivel, organizaram uma regencia que se incumbiu de manter a intangibilidade da ordem e das instituições.

Essa regencia interina, com imensos sacrifícios iniciou o seu trabalho de pacificação na Baía, em Minas e em Pernambuco, onde inumeros portugueses eram assassinados sob o pretexto de antigas desforras dos movimentos

nativistas. Os disturbios militares proliferavam em toda a parte, exigindo a mais alta quota de sacrificios e dedicações dos verdadeiros patriotas.

O exercito, desde os acontecimentos de 7 de abril, caracterizava as suas atitudes pela revolta e pela indisciplina. O norte do país vivia sob o regime do sangue e da morte. O povo de Pernambuco, humilhado pelas incursões da soldadesca amotinada, que lhe feriam os brios e as tradições, veiu a campo, travando-se os mais fortes combates, em que pereceram, ou foram presos, numerosas centenas de indisciplinados. Esses protestos e esses exemplos, todavia, não conseguiram eliminar a luta persistente e pavorosa. A guerra civil continuou, anos a fio, á sombra das matas, estendendo-se ao Pará com o seu rastilho de miseria e de sangue. Muitos governadores foram barbaramente trucidados pela caravana sinistra da confusão e da desordem. Jamais, a pátria do Evangelho atravessara tão perigosa situação, sob o ponto de vista social e político. O partidarismo envenenava todos os ambientes com a vasa de suas paixões desenfreadas e, não fossem os manançais do pensamento e da economia, fixados por Ismael, nas regiões do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas, que asseguraram a propria estabilidade nacional, talvez não pudesse o Brasil resistir ao elemento embrutecedor, que eli-

minaria para sempre a sua unidade territorial.

Depois de quatro anos de experimentações e lutas incessantes, a Regencia é entregue a um dos homens mais energicos e prudentes da época, o eclesiastico Diogo Antonio Feijó, que iniciou a sua obra de honestidade e de civismo, sob a direção das falanges esclarecidas do Infinito. O grande paulista, porém, não conseguiu permanecer muito tempo á frente do governo. Em 1835, rebentava o movimento republicano do Rio Grande do Sul, chefiado por Bento Gonçalves, que se propunha organizar, na província referida, uma república separada do país. Esse movimento separatista iria consumir grande coeficiente das energias nacionais, por quanto, só seria terminado mais tarde sob a ação pacificadora do segundo reinado.

Em 1836, funda-se o partido conservador, com a aliança dos liberais e dos restauradores, caminhando a nação para o parlamentarismo, e Feijó não se resignou com as providencias levadas a efeito. A seu ver, não era possível governar eficientemente, dentro de um regime que se lhe afigurava de excessiva liberdade. Renunciou nobremente ao cargo, chamando ao poder Araujo Lima, que era nesse tempo, a autoridade suprema das fôrças oposicionistas.

Nessa época, já a imprensa brasileira não contava mais com a palavra de concordia e de conciliação de Evaristo da Veiga, que, depois de

cumprir sua tarefa no país do Cruzeiro, havia regressado á patria universal, encorporando-se ás hostes esclarecidas do Infinito. A imprensa, hoje considerada como o sexto sentido dos povos e que, naqueles tempos mal ensaiava os seus primeiros passos no Brasil, não podia, portanto, representar o órgão de esclarecimento geral da nação e a luta prosseguiu, ensanguentando o país, ao longo de todas as suas fronteiras.

A fusão dos objetivos de liberais e conservadores constituiu a base da opinião livre, que embelezou o regime parlamentar no segundo reinado, estruturando-se a Camara sob o modelo das praxes e costumes inglêses.

Percebendo, contudo, a exaltação do espirito geral ,os liberais solicitaram, em 1840, a declaração de maioridade do Imperador, que, na epoca, contava os seus quinze anos. Semelhante acontecimento representava um golpe nos dispositivos constitucionais, mas todos os politicos reconheciham no joven imperante a mais elevada madureza de raciocinio e as qualidades que lhe exornavam o carater. Uma comissão de homens influentes procura-o no paço imperial, obtendo o seu imediato assentimento. Dentro de poucos dias, foi D. Pedro II aclamado, com as melhores esperanças do país e sob a confiança dos mentores do Alto, os quais, seguiriam de perto a sua trajetoria no trono.

A Regencia ficava localizada no tempo, como uma das mais belas escolas de honradez e de energia do povo brasileiro. Vivendo na atmosfera de franca antipatia popular, pelas medidas de repressão que lhe cumpria executar; flutuando como um instrumento de conciliação entre as marés bravias do separatismo no sul, os vagalhões impetuosos da opinião partidaria nas cidades centrais, e as ondas tumultuarias das lutas ao norte, todos aqueles que passaram pela Regencia foram compelidos aos mais elevados atos de renúncia pelo bem coletivo, praticando com isso verdadeiro heroísmo, afim-de que se conservasse intacto, para as gerações do futuro, o patrimônio territorial e a escola das instituições, na objetivação luminosa da civilização do Evangelho, sob a luz suave do Cruzeiro.

Nesse mesmo ano de 1840, foi coroado o jovem imperador.

Não obstante a sua posição de adolescente, D. Pedro II assistido pelas numerosas legiões do bem, que o rodeavam no plano invisível, tomava o ceptro e a coroa, consciente da responsabilidade gravíssima que lhe pesava sobre os ombros.

A sua primeira preocupação administrativa foi pacificar o ambiente intoxicado de sedições e rebeldias. Prestigiando Caxias, consegue levantar a bandeira branca da paz nas

provincias de São Paulo e de Minas, após os desfechos de Venda Grande e de Santa Luzia. Daí a algum tempo, com a sua politica de moderação e tolerancia, consegue estabelecer a tranquilidade geral em todo o Rio Grande do Sul, com a anistia plena e com o respeito ás honras militares de todos os chefes da insurreição.

Depois dos exgotamentos a que todo o país é conduzido pela ação corrosiva dos processos revolucionarios, o Brasil ia regenerar suas forças organicas dentro de um largo periodo de paz, no qual as falanges esclarecidas de Ismael inspirando a generosa autoridade do Imperador, iam argamassar as bases do pensamento republicano, sobre as idéias de fraternidade e de liberdade, a caminho das grandes realizações do porvir.